

RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL "O PT E A QUESTÃO RACIAL"

Promovido pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT, realizou-se nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1988, nas dependências do Calir, Viana, Espírito Santo, o II Encontro Nacional "O PT e a Questão Racial".

Inscoreram-se neste Encontro, 64 (sessenta e quatro) delegados, representando os Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraná, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, o Território de Rondônia e o Distrito Federal.

O Encontro teve início às 20:00 hs da sexta-feira e foi concluído às 19:00 hs do domingo, obedecendo a seguinte dinâmica:

Sexta-feira: Abertura Solene

Sábado: manhã - aprovação do Regimento Interno, eleição da mesa diretora dos trabalhos e Comunicações;

tarde - trabalhos em grupo;

noite - plenária

Domingo: este dia foi totalmente ocupado com trabalhos em plenária e plenária de encerramento.

Vejamos:

Seb a coordenação do companheiro Marcos A. Cardoso (MG) representando a Comissão Nacional Organizadora do Encontro, a Sessão Solene de Abertura contou com uma mesa na qual participaram Dirigentes Nacionais, Estaduais e Municipais, Parlamentares, Representantes da Central Única dos Trabalhadores, do Movimento Negro Unificado, e ainda o comp. Eurides Mescolotto, Secretário Nacional de Movimentos Populares que representou a Comissão Executiva Nacional do Partido. Recebemos carta de solidariedade da ANC (Congresso Nacional Africano) e telegrama do deputado Paulo Paim.

Naquela oportunidade, a totalidade dos oradores saudaram a iniciativa do evento, ressaltando sua importância e seu significado para o crescimento do Partido, e também assinalaram os desafios colocados para os negros petistas na construção de um PT anti-racista e revolucionário. Ainda nesta sessão foram feitas as apresentações das diversas Delegações e dos candidatos a Prefeituras e Câmaras de Vereadores presentes ao Encontro.

Os trabalhos do sábado tiveram início às 9hs00 e desenvolveram em plenária os seguintes temas:

Regimento Interno: foi aprovada com pequenas modificações a proposta de RI apresentada pela Executiva Nacional Organizadora do Encontro (ECNOE).

Pauta:

- a. Conjuntura e o negro no Brasil
- b. Plano de Lutas
- c. Organização do Negro no PT

Mesa Diretora dos Trabalhos: foi aprovada, *ipsis litteris*, a proposta apresentada pela ECNOE, sendo que a Mesa foi composta pelos seguintes companheiros:

- . **Coordenação:** Flávio Jorge R. da Silva (SP)
- . **Relatoria:** Maria do Patrocínio Pessoa Sales (PATY) DF
Hélio Silva Junior (DF)
- . **Secretaria:** Ana de Souza Neves (RJ)
Cleide Hilda de Lima (MC)
- . **Assessoria:** João Batista de Jesus Félix (SP)
Luís Carlos Oliveira (ES)

Após a aprovação da Mesa, procedeu-se a apresentação das comunicações com seus (suas) autores(as) abaixo relacionados(as):

- 1º) A Questão Internacional - Milton Barbosa - SP
- 2º) A Questão da Mulher Negra - Cecília M. Luli - DF
- 3º) Análise de Conjuntura - Hélio Silva Junior - DF

Vale ressaltar que tais comunicações cumpriram (conforme previsto no RI) a função de subsidiar os debates do Encontro; não obstante, após o término da última comunicação, houve um breve debate sobre os temas colocados.

Conforme disposto no RI, o período da tarde do sábado foi utilizado para discussões em grupo sobre Conjuntura e o Negro no Brasil e o Plano de Lutas, sendo que à noite a Plenária apreciou e deliberou sobre aqueles temas. O tema Organização do Negro no PT, foi discutido, em Plenária, durante o domingo, seguindo deliberação dos participantes do Encontro.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O MOMENTO ATUAL

O ano do Centenário da Lei Áurea coloca à nossa disposição, sem enganos, importantes elementos para uma avaliação das potencialidades e limites do movimento negro brasileiro, compreendido aqui enquanto movimento social que se expressa em diferentes campos da atividade humana; que apresenta múltiplas formas de organização e de atuação e que tem como fator de identificação, a princípio, o combate ao racismo.

No campo institucional destacamos inicialmente a criminalização do racismo aprovada pela Constituinte que significou uma importante conquista do movimento negro, em contraste com a característica marcadamente conservadora da nova carta constitucional.

Por seu turno, a Nova República tenta legitimar a atuação do Estado voltada para a problemática racial, que se traduz no Programa Nacional do Centenário, coordenado pela Assessoria de Assuntos Afro-Brasileiros do MINC e pela proposta da Fundação Palmares. Estas medidas têm sido acompanhadas de discursos ambíguos que se por um lado insistem em legitimar o mito da democracia racial, por outro reconhecem a existência de desigualdades étnicas no exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, segundo dados da Cacex, a Nova República aumentou significativamente o volume de negociações comerciais com a África do Sul. Igualmente, nos estados cresce o número de Conselhos e Assessorias para assuntos afro-brasileiros.

Estes fatos reforçam a necessidade de um debate aprofundado no movimento negro que oriente politicamente a relação do movimento autônomo com os grupos institucionalizados e consequentemente com o Estado.

Outro dado a ser assinalado é que a tônica da Campanha da Fraternidade - produto da luta política dos grupos negros católicos - significou uma verdadeira ruptura no discurso clássico da Igreja Católica, evidenciando o fato de que o debate sobre o racismo está definitivamente legitimado na sociedade brasileira.

Também neste ano, multiplica-se a realização de Congressos e Seminários no âmbito das Universidades, caracterizados por uma reavaliação do papel do negro no escravismo, na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e na atualidade.

Pelo seu lado os partidos políticos, notadamente os progressistas posicionam-se sobre a questão racial com enfoques determinados naturalmente pelas concepções políticas e interesses defendidos por cada organização.

Registra-se ainda o surgimento de Comissões de Negros no interior destes partidos, como por exemplo a Comissão Nacional de Negros do PCB.

Em suma podemos afirmar que no ano do Centenário da Lei Áurea, amplos setores da sociedade brasileira manifestam-se sobre a questão racial. Mas não é essa exatamente a novidade.

A novidade é que inegavelmente a Campanha da Fraternidade à mais inexpressiva publicação diária podemos constatar que o velho discurso da democracia racial não mais detém a hegemonia na sociedade brasileira: estamos, pois, diante de um dado que impõe ao movimento negro a necessidade de dar uma nova estrutura política e um novo alcance no seu discurso.

No plano popular o início de 1988 foi assinalado pela realização do 1º Encontro de Negros do Centro-Oeste, realizado no estado de Mato Grosso do Sul e que contou com a par-

ticipação de todos os estados daquela região. Este encontro comprovou o alargamento do raio de atuação do movimento, que não mais se restringe aos grandes centros urbanos, e ainda serviu para orientar as ações de protesto no 13 de maio, naquela região do País. Vale assinalar que na região Sul e Sudeste, as ações de protestos foram debatidas no 1º encontro do Negro do Sul e Sudeste realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 87. Quanto à região Norte e Nordeste, realizou-se neste ano o 8º Encontro do Negro do Norte e Nordeste, tendo a questão da educação como tema central.

Estes encontros serviram para fortalecer a articulação entre as diversas entidades e contribuíram para a realização de ações unificadas: O 13 de maio de 1988 foi marcado, de norte a sul do País, por manifestações de rua de protesto contra a versão oficial do 13 de maio e contra o racismo. Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, o movimento negro logrou colocar milhares de pessoas nas ruas, contrastando com as dificuldades dos movimentos sindical e popular de mobilizarem a população. Resultantes de ações unificadas das diferentes tendências do movimento, as manifestações do 13 de maio contaram com apoio em maior ou menor grau de sindicatos, partidos políticos, além de outros setores do movimento popular e de entidades da sociedade civil.

No Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, a semana do 13 de maio registrou manifestações de solidariedade ao movimento negro e de repúdio ao racismo.

Por outro lado, as mulheres negras têm acumulado força nas suas articulações e organização materializado na realização de encontros estaduais e do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, marcado para dezembro próximo.

De resto, a recente publicação do "Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil" revela a existência de quase seiscentas entidades do movimento negro distribuídas em 20 dos 23 estados da Federação.

Sem dúvida, a apreciação destes dados que acabamos de expor confirma o crescimento do Movimento Negro e o grande avanço das lutas anti-racismo no País. Particularmente as ações de massa verificadas no eixo Rio-São Paulo e Bahia revelam a emergente capacidade do movimento de estabelecer um diálogo com a população, expressando seus sentimentos e canalizando a revolta latente contra o racismo.

Parece-nos pois, que o 13 de maio coloca um dado novo no debate sobre a potencialidade do movimento que está a exigir uma compreensão exata do momento que vivemos. Reside nos petistas a responsabilidade de analisar com precisão o 13 de Maio de 1988, na perspectiva de contribuir para que o MN saia fortalecido no ano do Centenário e dê um salto de qualidade na sua atuação.

Por outro lado devemos nos debruçar sobre a seguinte questão: como e para onde avança o movimento?

Afirma-se que o ano do Centenário tem contribuído para uma melhor exposição das diferenças que existem quanto aos objetivos da luta anti-racismo, ao papel do movimento negro e aos métodos de trabalho. Mas quais são os objetivos táticos e estratégicos do movimento negro? O que é, finalmente, combater o racismo na sociedade brasileira?

Ao colocar estas questões, pretendemos ressaltar o fato de que dado o quadro apresentado pelo Centenário da Lei Áurea e sobretudo a experiência concreta das lutas anti-racismo não há mais como fugir ou minimizar a urgência de respostas políticas de grande envergadura.

Sem demora, é preciso que haja uma luta de idéias politizadas e em alto nível que fortaleça a construção de um movimento negro autônomo, de massa, organizados orientado por propostas inovadoras e transformadoras.

É urgente a necessidade de direção para o movimento, que seja politicamente capacitada, com visão e competência organizativa, de forma a estruturar, organizar e direcionar a luta anti-racismo para o ataque às causas estruturais do racismo, o que implica inexoravelmente, articular estas lutas com as lutas pela transformação da sociedade brasileira.

Contribuir para esse debate, contribuir para a construção de uma resposta partidária à questão racial, avançar na organização dos negros petistas, investir no crescimento e fortalecimento do movimento negro, avançar na construção do Partido dos Trabalhadores, estas são as principais tarefas colocadas para o II Encontro Nacional "O PT e a Questão Racial".

OBSERVAÇÃO: No que diz respeito à questão da Constituinte, o Encontro entendeu que o Partido deveria intensificar os trabalhos para assegurar as conquistas dos trabalhadores na nova Carta e assinar o novo texto.

LINHA POLÍTICA - ORGANIZAÇÃO DOS NEGROS PETISTAS

Este ponto de pauta teve início com avaliações da Comissão Petista do Centenário da Lei Áurea. Após diversas considerações, o Encontro aprovou a extinção daquela Comissão, entendendo que a partir de então caberá ao órgão nacional criado no Encontro, dirigir o Partido na questão racial.

Em seguida procedemos a discussão sobre a identidade das Comissões e Secretarias do Negro e a linha política que deve orientar a atuação dos negros petistas.

Em primeiro lugar, reafirmou-se o papel estratégico do movimento negro e a função essencial do Partido como dirigente do processo de transformação.

Quanto à questão das Comissões, o Encontro definiu o caráter destas iniciativas como sendo órgãos partidários, eliminando qualquer possibilidade de entendimento destes órgãos como entidades de movimento negro. Isto implica que as Comissões constituem os fóruns onde os negros petistas se organizam para formularem políticas para o Partido e para o movimento social. A partir destes órgãos os negros petistas propõem encaminhamentos ao Partido que devem ser discutidos no conjunto das instâncias partidárias, para então, serem tomadas como linha política a ser adotada pelos petistas nas suas intervenções no movimento.

Os negros petistas devem trabalhar, inclusive, pedagogicamente para que a cultura política petista seja também anti-racista. Ao mesmo tempo em que travam um debate interno, os negros petistas devem trabalhar para organizar a população negra no Partido, desde os Núcleos até a Direção Nacional. Este trabalho deve ser feito considerando-se a necessidade de nos tomarmos uma força política no interior do Partido que faça valer as reivindicações e interesses da população negra nos programas partidários.

Quanto à questão de uma articulação nacional, o Encontro aprovou a criação da Sub-Secretaria Nacional do Negro do PT, ligada a Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Esta Sub-Secretaria será formada por:

a) um colegiado executivo composto por 7 (sete) pessoas segundo critérios políticos de operacionalidade e de capacidade organizacional e política. O colegiado deverá encaminhar as políticas definidas pelos encontros e pelos fóruns deliberativo nacional e responderá perante o Partido, por todo e qualquer assunto relativo à questão racial e ao Movimento Negro. Esse colegiado deve se reunir bimestralmente e extraordinariamente quando for necessário.

PT

Partido dos Trabalhadores

7

b) Um Forum Deliberativo Nacional composto por 1 (um) representante indicado por algum tipo de organização do PT em torno da questão racial à nível estadual e referendado pela direção regional, Esse Forum deve se reunir semestralmente para definir a linha política dos trabalhos da Sub-Secretaria ou extraordinariamente quando for necessário.

Além disso, aprovou-se uma Coordenação para o Colegiado composto por uma pessoa integrante do mesmo.

Colegiado Executivo da Sub-Secretaria do Negro da SNMP

- . Flávio Jorge Rodrigues da Silva - Coordenador (SP)
- . Sebastião Antonio de Oliveira (ZIZO) (RJ)
- . Hélio Silva Júnior (DF)
- . Nilo Rosa dos Santos (BA)
- . Arnaldo Ferreira dos Santos (SP)
- . Cecília M. Luli (DF)
- . Marcos A. Cardoso (MG)

PLANO DE LUTAS

a) Para o Partido

- Lançar candidatura da Deputada Benedita da Silva para vice-presidência na chapa do Lula;
- Elaborar documento para ser distribuído nacionalmente a todos os candidatos do PT sobre a concepção do Partido a respeito da questão racial;
- Elaborar plataforma sobre a questão racial para constituintes municipais e candidatos majoritários. Os majoritários devem, necessariamente, contemplar a questão racial nos seus programas de Governo;
- Que o órgão eleito no Encontro elabore a síntese do eixo político, das resoluções do Encontro e encaminhe para as direções Estaduais, recomendando a reprodução para as direções municipais, com a finalidade de ser utilizada como instrumento de defesa pelos candidatos às eleições de 15 de novembro. Este órgão deverá também assessorar os candidatos interessados e comprometidos com a luta anti-racismo;
- Que o órgão dirigente promova elaboração do Plano de Governo sobre a questão racial para integrar plano de governo LULA;
- Realizar Planária Nacional de Mulheres Negras Petistas que organize a intervenção das companheiras no I Encontro Nacional de Mulheres Negras a ser realizado em dezembro, no RJ;

PT

Partido dos Trabalhadores

8

- Amadurecer formulação de política que instrumentalizem o PT para que ele, no seu conjunto, compreenda a importância da questão racial, inclusive priorizando a elaboração de um dossiê sobre o Apartheid;

- Trabalhar para que o Partido crie canais diretos de comunicação com as organizações sul-africanas que lutam contra o Apartheid e intensificar a atuação junto à Secretaria de Relações Internacionais;

- Ampliar a ocupação de espaços na imprensa partidária para divulgação das nossas lutas;

- Organizar cursos de formação política que envolvam os quadros dirigentes do partido;

- Encaminhar a deliberação tirada na reunião ampliada da Comissão Nacional de Negros do PT e Comissão Petista do Centenário da Lei Áurea dos dias 16 e 17 de abril, em São Paulo: Plenária Nacional das Mulheres do PT como preparação para o 1º Encontro Nacional das Mulheres Negras, a realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de dezembro/88, Rio de Janeiro;

- Estimular a criação de grupo de mulheres no interior das comissões do negro do PT existentes, bem como a criação de comissões do negro.

b) Para a Sociedade

- Que os negros petistas devem se colocar à frente da organização das atividades para o 20 de novembro:

- . organizar marchas
- . Articular com os demais setores do movimento social;

- Trabalhar pelo fortalecimento e unificação do movimento negro, buscando construí-lo como um movimento independente, classista, autônomo e de luta;

- Os negros petistas devem fortalecer a organização dos Encontros Regionais (Norte, Nordeste, Sul-Sudeste, Centro-Oeste) na perspectiva de avançar na organização do movimento negro nacionalmente;

- Fortalecer a iniciativa para organização de um Congresso Nacional do Negro.

- Os negros petistas devem tirar uma política de atuação para todas as mobilizações da classe trabalhadora, municiado do discurso Raça e Classe;

- Intensificar o trabalho pedagógico junto ao movimento sindical e popular, buscando comprometê-los definitivamente com o combate ao racismo;

- Realizar Seminários, Encontros e Ciclos de Debates que aprofundem a reflexão sobre um projeto de movimento negro transformador e de massas;

- Estimular nos estados a realização de atividades de apoio e solidariedade aos presos políticos da África do Sul e de denúncia às agressões contra-revolucionárias aos países da África Austral;

- Aumentar a articulação da pressão pelo rompimento por parte do Governo brasileiro de relações em todos os níveis com a África